

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Debate e acção

Após a burla eleitoral de Novembro, o movimento democrático unitário, resistindo corajosamente às interdições fascistas, e continuando a sua acção, confirmou ser um grande movimento de opinião traduzindo as aspirações das vastas massas populares.

Entretanto, reftreando o seu desenvolvimento, tem-se manifestado a *tendência*, tanto no terreno político como no terreno de organização, para o movimento se fechar dentro de si próprio e *deixar-se lançar corajosamente à conquista e à mobilização das massas*.

Muitas energias das estruturas superiores do movimento são absorvidas pela elaboração de longos programas, como se o vasto movimento unitário, em que participam democratas de tão variadas tendências, fosse ou pudesse ser um partido político.

A elaboração dum programa de tipo partidário não pode ser um factor de aglutinação de forças e de justa orientação. Ou será um motivo de eternos debates, ou será subscritos, para não «empatar», por muitos que depois não o terão mais em conta.

O debate sobre objectivos políticos é sem dúvida muito necessário. Mas não se pode tornar a substância duma organização e dum movimento. Dizia Marx que «cada passo de acção efectiva é mais importante que uma dúzia de programas». A tendência para a elaboração de um programa de tipo partidário distrai as atenções, os esforços, as energias da definição de uma *plataforma política*, de um *programa de acção*, do *desenvolvimento da própria acção*.

O esforço de elaboração teórica é tanto mais necessário às forças democráticas quanto é certo que em Portugal os elementos de informação e estudo são filtrados, limitados e impedidos, pela repressão, pela censura, pelo ambiente de asfixia intelectual que o fascismo procura impôr. Mas a elaboração teórica nada tem a ver

com a especulação «teorizante» divorciada da acção prática, com certa espécie de masturbação intelectual pseudo-revolucionária, com o culto do verbalismo,—essa peste pequeno-burguesa que intertem apenas como factor de confusão, divisão e passividade.

Não incluímos nesta classificação o grande esforço de esclarecimento da opinião pública que tem sido feito no quadro do movimento democrático, nem tão pouco o trabalho (que tem muito de positivo) para a elaboração de princípios programáticos. Afirmamos sim que, se esse esforço e esse trabalho não têm em conta as características do movimento democrático, se levam ao afastamento das tarefas práticas de acção, ao menosprezo das lutas com objectivos concretos, à falta de dinamização da base do movimento, à transformação dos organismos em «clubes de discussão», à «intelectualização» das cúpulas e ao «obscurecimento» das bases,—facilitarão a

(cont. na 2ª pág.)

ARMA DE DIVISÃO o anticomunismo serve os inimigos da liberdade

Sempre que as massas populares se movimentam com mais vigor e amplitude pelas suas reivindicações fundamentais e que as forças democráticas progredem

no terreno da unidade combativa contra o regime, o governo arvora o espantalho do comunismo como arma de divisão das forças democráticas e antifascistas, e isso compreende-se. Já nos admira, porém que certos democratas se deixem embarcar com relativa facilidade pela camarilha caetanista e sua PIDE-DGS, na nau do anticomunismo, não reparando, ou não querendo reparar, que dessa maneira servem objectivamente os planos divisionistas dos piores inimigos da democracia.

Porque um ou outro comunista militando no movimento democrático legal é preso e localizado como tal, logo um ou outro democrata expressa a ideia de que o Movimento Democrático está «queimado», que a PIDE-DGS podia provar a sua ligação com o Partido Comunista, etc. Um tal raciocínio é, pelo menos, estranho.

Será acaso segredo para alguém que os comunistas, como democratas que são, foram sempre, e são-no hoje, parte integrante e activa do movimento democrático legal? Será acaso segredo para quem quer que seja que os comunistas foram sempre dos mais esforçados combatentes e constru-

tores de todos os movimentos democráticos legais aparecidos à luz do dia durante os 44 anos do reinado fascista? De maneira nenhuma, até porque o Partido Comunista Português o proclamou sempre bem alto. Porquê então ainda hoje aparecem ideias tão estranhas no movimento democrático?

Será de estranhar, por outro lado, que a PIDE-DGS e os seus chefes supremos, M. Cactano e Rapazote, clamem freneticamente que o MOD depende do Partido Comunista e que é mesmo uma sua ramificação? De maneira nenhuma.

Fizeram isso no passado em relação ao MUD, MUDJ, MND, Liga Feminina Pró-Paz, Conselho Nacional das Mulheres, etc, assim como em relação a vários jornais e revistas. Os objectivos previstos e os resultados alcançados todos nós os conhecemos.

Homens como os professores Barbosa de Magalhães, Azevedo Gomes e Fernando da Fonseca, engenheiro Cunha Leal, os generais Norton de Matos e Humberto Delgado e tantos e tantos outros, que estavam tão longe do comunismo como nós da lua, foram acusados de estarem ao serviço do Partido e mesmo de comunistas.

Vê-se assim que a tática não é nova. Não é nova mas desgradamente para mal da causa da Liberdade e do povo português, a camarilha fascista governante con-

(cont. na 4ª pág.)

Na acção diária por reivindicações imediatas PREPAREMOS NOVOS E VIGOROSOS COMBATES CONTRA A EXPLORAÇÃO!

As concentrações nos Transportes Colectivos do Porto, a continuação da resistência às horas extraordinárias nas Carris, entre as acções reivindicativas que alastram no País, mostram o elevado grau de combatividade da classe operária e das massas trabalhadoras e a sua determinação de recorrerem a formas de luta cada vez mais audazes para imporem a satisfação das suas reivindicações imediatas.

A escalada dos preços continua a ritmo acelerado e o governo, fiel serventuário dos exploradores, nada pode e nada quer fazer para dar rumo diferente à situação. Nada, pois, poderá também impedir

que as explosões de protesto dos trabalhadores sejam cada vez mais fortes e frequentes.

Na luta diária por aumento de salários e outras reivindicações imediatas, como o fim das horas extraordinárias como sistema, a semana de 44 horas, o pagamento do 7º dia e do 13º mês, tal como na vasta movimentação nos sindicatos fascistas, a classe operária e os trabalhadores em geral acumulam experiências e energias, fortalecem a sua organização e unidade, para uma próxima ofensiva contra a exploração, pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida.

Paralisem:
os operários das oficinas da Carris
2.000 operários da Construções Metálicas
300 operários da Silva & Arroja

— Na Carris, em Lisboa, a Administração tem procurado por todas as formas quebrar a unidade dos trabalhadores manifestada na greve às horas extraordinárias.

Reagindo contra uma nova manobra intimidativa da Administração que despedira 6 operários,

todo o pessoal das oficinas paralisou durante 2 horas forçando o patronato a readmitir os operários despedidos.

Não vendo atendidas as suas justas reivindicações e ante o aumento da repressão policial, pois foram feitas novas prisões depois desta acção, os trabalhadores da Carris só têm um caminho a seguir: prosseguir a sua luta, cada vez mais firmes e unidos.

— Insistindo na acção por aumento de salários, os 2.000 operários da *Construções Metálicas*, (Alverca) fizeram uma paralisação forçando assim o patronato a ceder imediatamente um aumento de 20\$00 diários. Mas os operários não se consideram satisfeitos e reclamam maior aumento.

— As 300 operárias da *Silva & Arroja*, fábrica de cortiça de Alhos Vedros, paralisaram o trabalho durante 2 horas passando de 37\$50 para 42\$50 diários.

Na Siderurgia Nacional 700 operários fazem greve contra o aumento dos transportes

Atingidos por um escandaloso aumento de 8\$00 dos seus trans-

(cont. na 5ª pág.)



PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL ...

«Os trabalhos preparatórios da Lei de imprensa estão ainda demorados. A Lei tem de ser muito pensada.»

(M. Caetano)

Debate e acção

(cont. da 1ª pág.)
implantação do verbalismo estéril, que tende a refrear e a paralisar o movimento democrático e a luta popular.

O que é indispensável ao movimento democrático não é um programa partidário, mas uma plataforma política e um programa de acção, que definam os objectivos essenciais comuns dos sectores e tendências que participam no movimento, que tracem as direcções fundamentais da acção imediata, que sejam um instrumento de atracção de milhares de novos activistas e de desencadeamento de acções e lutas contra a diladura fascista.

A forma como por vezes são abordados os problemas de organização acentua ainda a tendência do movimento para «voltar-se para dentro». Debatem-se interminavelmente problemas de estruturação.

Defendem alguns a «estruturação pela estruturação», sem que a formação de organismos corresponda a objectivos imediatos de luta. Muitas vezes, em vez de se procurar assegurar a eficiência dos organismos na sua actividade,

procuram-se «soluções» que respondam a «princípios de organização» definidos em abstracto e com frequência influenciados, tanto por concepções anarquistas como por concepções dirigistas, umas e outras prejudiciais ao movimento.

O resultado é o mesmo dos grandes programas: voltar-se o movimento democrático para dentro, para o funcionamento interno, para discussões e rediscussões sobre as estruturas, em vez de se voltar para a acção política, para as massas.

Trata-se de um problema de capital importância que defronta o movimento democrático na actualidade. Tudo deve ser feito para que saia da sua vida interna, para que se não meta na casca, para que se volte para as massas, para iniciativas políticas, para a acção com objectivos concretos imediatos, para o desenvolvimento da luta popular. Disso depende não só o seu desenvolvimento, como a sua existência e o seu futuro.

NOS TRIBUNAIS OS COMUNISTAS ACUSAM

Nas mãos dos algozes da Pide-DGS e nos julgamentos-farsa dos tribunais pñar-ros, os comunistas travam uma das mais duras batalhas da sua vida de militantes.

Sob a ameaça de arbitrariedades e pesadas sentenças, Angelo Veloso e Manuel Pedro ergueram corajosamente a sua voz no tribunal fascista para confessarem o seu orgulho de serem membros do Partido Comunista Português e defenderem a sua linha política, para condenarem a política de exploração, de opressão e de guerra do regime fascista e afirmarem a sua confiança na classe operária e no povo português em luta pelo derrubamento do fascismo.

ANGELO VELOSO desmascarou o fracasso das tentativas da Pide para arrancar confissões aos presos do seu processo. Noiro passo a sua intervenção, declarou: «Acusam o Partido Comunista Português de intentar mudar o regime e a forma de governo por meios não consentidos ou violentos. Os depoimentos das testemunhas ironizam que esta acusação inverte os termos da realidade. Procuram que não existam em Portugal meios consentidos para a expressão da vontade popular e procuram que o próprio regime empurra o país para uma solução violenta dos problemas políticos nacionais... E mais adiante: «A demagogia liberalizante» não instituiu um novo regime, e apenas uma nova tática. Esta tática visa atrair novos apoios, fomentar ilusões, paralisar sectores oposicionistas, isolar o Partido Comunista, criar expectativas na massa. O que se intenta é saltar o regime mascarando o prosseguimento da política tradicional de Salazar.»

MANUEL PEDRO, que denunciara as selváticas torturas a que foi sujeito pelos agentes da sinistra Pide, afirmou na sua vibrante intervenção que «os militantes comunistas amam profundamente o seu povo e lutam intransigentemente pelos mais altos ideais da humanidade. É na defesa desses ideais e no profundo amor que têm ao povo que os comunistas encontram as forças necessárias para resistir a todas as torturas e sempre que necessário sacrificarem a própria vida, como tantos camaradas têm feito. NÃO SOMOS NENHUNS HEROIS. SOMOS SIMPLES HÓMENS DO POVO QUE, ENTRE VIVER DE JOELHOS, PREFERIMOS MORRER DE PÉ.»

MADALENA DE OLIVEIRA, já libertada sob fiança, também honrou o seu nome de comunista negando-se a prestar quaisquer declarações à Pide e a assinar autos. Suportou 56 dias de isolamento, opoando o seu silêncio revolucionário às ultrajantes promessas de libertação que a Pide lhe oferecia a troco de traíção.

Sandamos estes camaradas pela coragem e firmeza de que deram provas ante o inimigo, cumprindo de forma exemplar o seu dever de comunistas.

5 de Outubro

O 5 de Outubro é uma data do calendário do movimento democrático. Hoje como sempre ao longo da ditadura fascista o «Avante!» avêla à sua comemoração.

Ao fazê-lo não caímos na concepção do liberalismo burguês, que exalta saudosamente o regime implantado em 5 de Outubro de 1910, não reconhecendo as limitações que o caracterizam nos planos económico e social e na posição face ao imperialismo; mas recusamos também o ponto de vista do cretinismo de «esquecer» o 5 de Outubro e cometer um pecado de classe porque a República não foi proletária mas burguesa.

A nossa homenagem vai para aqueles que em 4 e 5 de Outubro de 1910 se bateram de armas na mão pela liberdade e a democracia. Acreditamos o seu exemplo como válido nos dias de hoje, embora sejam diferentes os nossos objectivos de luta. O nosso combate actual não se encerra no quadro estreito da democracia burguesa, visa fazer vencer a Revolução Democrática e Nacional, etapa e parte constituinte da Revolução Socialista.

A classe operária, a juventude trabalhadora e estudantil, a intelectualidade, os democratas de uma forma geral, devem preparar um 5 de Outubro que não seja apenas uma jornada comemorativa, mas uma jornada de luta, uma jornada preparatória de novas lutas.

ACTIVIDADES DESAGREGADORAS

Em certos meios da emigração, alguns transfusões levam a cabo uma campanha antipartidária e anti-soviética em que as falsidades, deturpações e calúnias são a arma preferida. Alguns desses indivíduos, invocando a sua qualidade de «membros do Partido» ou «ex-membros do Partido», preparam abordagens a camaradas tendo em vistas actividades desagregadoras. Informam-se as organizações de que o Partido não confiou a quaisquer camaradas ou pessoas residentes no estrangeiro quaisquer «missões» a realizar em Portugal. As ligações de trabalho das organizações do Partido com emigrados só por via da organização devem ser estabelecidos.

Para forçar a repressão a reais recuos orientemos a disposição combativa das massas

Intervindo com brutalidade para impedir o mais pequeno sinal de ajuamento ou manifestação nas ruas, as forças policiais chocam-se cada vez mais com a resistência das massas populares.

Acontecimentos triviais como a chegada a Lisboa dos chamados «novos do Tejo» ocasionam embates entre a polícia e os cidadãos.

No centro de Lisboa, uma patrulha da PSP à raiçana que maltrata e prende um cego-surdo-mudo, recebe um valente correctivo de alguns circunstantes. Um reforço policial chega rapidamente mas não impede que uma multidão, totalizando já perto de 500 pessoas se dirija até à esquadra e ali se concentre em sinal de protesto.

No Estoril, mais de 100 agentes da PSP bem armados e aticados contra a juventude, investem com violência contra milhares de jovens para impor a proibição dum festival de música moderna. Porém, estes não cedem sem ripostar. O escândalo deste espectáculo repressivo, presenciado por turistas estrangeiros, e que possivelmente também atingiu alguns

filhos-família, forçou o governo a criticar publicamente o «excesso da repressão» da sua fiel polícia.

Talvez por considerar que houve «brutalidade» a repressão, o governo nada disse sobre a violência policial contra os trabalhadores e democratas no 1º de Maio, apesar da onda de protestos que tem levantado em todo o País. A proiecção judicial contra o Pe. Mór de Oliveira, de Macieira da Lixa, ameaça de morte por um grupo de ultra, deu apenas lugar a uma miserável nota da Pide-DGS para ajuar a sua prisão. Sobre o tiroto policial contra os estudantes de Coimbra noite de 9 de Maio, o governo não poupa esforços para inocular a polícia e os ultra e ainda por cima condenar os estudantes.

A luta contra a repressão e pela Amnistia não pode parar, pois continuam as perseguições e prisões de democratas e as torturas de tipo nazí da Pide-DGS.

Só orientando para acções organizadas a disposição combativa das massas e orientares contra a repressão, poderemos forçar o fascismo a reais recuos.

Abaixo o fascismo . . . 20\$00	Assim foi temperado o aço . . . 345\$00
" " " " . . . 22\$00	" " " " . . . 297\$50
" o novo governo fascista . . . 100\$00	Avante J. 1.100\$00
Ajuda ao Partido . . . 700\$00	Bento Gonçalves . . . 100\$00
Alberto . . . 2.500\$00	Bento Gonçalves . . . 100\$00
Alentejanos progressis . . . 50\$00	Catarina Eufémia (M) 160\$00
A memória de «Che» G. 1.000\$	" " " " . . . 50\$00
de Fern. Vicente . . . 50\$00	Centralismo democrático . . . 500\$00
Amigo ardores . . . 50\$00	Comunista até à morte . . . 2.000\$00
A memória de Fern. Vicente . . . 50\$00	Contribuição extraordinária (M) 200\$00
A minha ajuda . . . 1.200\$00	Cranos vermelhos da terra . . . 60\$00
Amigo devotado . . . 50\$00	da terra nascem os homens . . . 60\$00
Amigo Belardo . . . 100\$00	Flores de Maio . . . 1.000\$00
Ami. do P. 500\$0	F.S. . . . 50\$00
Angola Li . . . 100\$00	F.S. . . . 50\$00
" " " " . . . 50\$00	Flores de Maio . . . 1.000\$00
António . . . 100\$00	Germano Vidigal (A) 20\$00
" " " " . . . 100\$00	Glória a

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

" (2) 30\$00	Lénine . . . 15\$00	Liberdade e democracia 50\$0	revolu- cionária . . . 500\$00
" (3) 50\$00	" (DB) 140\$00	para Pires Jorge . . . 1.200\$00	O trabalho é a força do socialista 202\$50
Democrata . . . 400\$00	Hochiminh 100\$0	" para presos políticos 70\$00	" " " " 192\$50
de esquer- da . . . 100\$00	Imprensa de- mocrática 50\$00	Maio Ver- melho . . . 45\$00	O trotskismo, esse anti- leninismo 100\$0
Dias Lou- renço . . . 105\$00	" " " " 50\$00	Manuel Rodrigues da Sil- na (D) 500\$00	Operário revo- lucionário 100\$0
Emancipação da mulher 50\$00	" " " " 500\$00	" (D) 320\$00	Os Zapatos 63\$0
Emblemas so- viéticos . . . 50\$00	Internacional . . . 200\$00	" (L) 100\$00	Pátria ou morte . . . 100\$00
" " " " 140\$00	" " " " 70\$00	" (L) 100\$00	Pela Paz 114\$00
Jovem econo- mista . . . 100\$00	Jovem econo- mista . . . 100\$00	" (R) 100\$00	" " " " 200\$00
Lénine 10.000\$00	Lénine 10.000\$00	Música Por- tugal Li. 500\$00	P.C. nosso farol . . . 2.000\$00
Lénine viverá sempre no coração dos trabalha- dores . . . 500\$00	Levantamento Nacional 5.000\$	Nico- laiev . . . 660\$00	" " " " 100\$00
Lénine . . . 85\$00	Libertação de Mocambique 50\$	Noa Luz 100\$00	Pela sociali- çação dos bancos 2.000\$00
F.S. . . . 50\$00	" do Viet- nam . . . 150\$00	Oferta dum operário . . . 15\$00	" socialização da medi- cina 300\$00
F.S. . . . 50\$00		Onda Ver- melha . . . 165\$00	" vitória 500\$00
Flores de Maio . . . 1.000\$00			
Germano Vi- digal (A) 20\$00			
Glória a			

Perspectivas de Paz 1.000\$00	Revolução de- mocrática e nacional 5.000\$00
Pires Jorge 500\$	Santa Maria 60\$00
Por um Portugal Livre . . . 200\$00	Sara . . . 588\$90
" " " " . . . 200\$00	Sedoc . . . 150\$00
" " " " . . . 200\$00	" " " " 150\$00
Por um huma- nismo mar- xista . . . 500\$00	" " " " 150\$00
Por uma jus- tiça prole- tária . . . 500\$00	Selos sovié- ticos . . . 100\$00
Presos e per- seguidos poli- ticos . . . 1.010\$00	" " " " 500\$00
" " " " 220\$00	Serra ver- melha 1.000\$00
" " " " 200\$00	Simpatizante do P.C.P. 200\$00
" " " " 140\$00	Soiro . . . 500\$00
" " " " 120\$00	Sofia Fer- reira . . . 500\$00
R.P.L. 1.000\$00	" (13) 5.360\$00
Reforço da ini- ciativa 250\$00	Tarrafal 463\$00
Reforma agrária 200\$00	" " " " 463\$00
Rogério de Car- valho (G) 2.500\$	Total 73.484\$10
Reforço da or- ganização 500\$00	
Religio so- viético 1.750\$00	

NOTA:
Com destino aos presos políticos recebemos de Cam 450 FN.



1969 ANO DE INFLAÇÃO MÁXIMA E DE FRACO CRESCIMENTO ECONOMICO

A característica principal da conjuntura económica de 1969 foi o surto simultâneo de duas tendências: elevada inflação e baixa taxa de crescimento económico. É sabido que, quando estas duas tendências se conjugam, criam uma situação extremamente perigosa para o prosseguimento do desenvolvimento económico.

Cresce a inflação

A inflação é um fenómeno económico que reflecte o facto de a massa monetária (e a sua velocidade de circulação) crescer mais rapidamente do que a produção. Tal fenómeno, podendo ser originado por diferentes causas, tem sempre como consequência a subida dos preços dos produtos, ou seja, o aumento do custo de vida, e, por conseguinte, sempre maléfica para todos os que vivem de rendimentos fixos, especialmente os operários, empregados, funcionários públicos, etc, cujos salários e ordenados crescem, em geral, com atraso

em relação à subida dos preços. A comparação da evolução da massa monetária (meios totais de pagamento—M.T.P.) com a do produto interno bruto (P.I.B.) a preços correntes de mercado, revela com suficiente clareza que a partir de 1961 (ano do início das guerras coloniais) se tem assistido em Portugal a um surto inflacionista que se tem agravado progressivamente e que atingiu no último ano a sua máxima expressão, como se vê pelo quadro seguinte:

Anos	Meios totais de pagamento	P.I.B. a preços correntes de mercado
1955	36.545	50.886
1961	54.874	77.498
1968	127.541	145.141
1969	151.244	156.356

Vê-se, assim, que de 1955 a 1961 ainda o P.I.B. (aliás já inflacionado visto tratar-se de preços correntes e não de preços constantes) cresceu mais do que os M.T.P.: 26.612 mil contos e 18.329 mil contos, respectivamente. Porém, de 1961 a 1968, pelo contrário, os M.T.P. cresceram bem mais do que o P.I.B.: 72.007 mil contos e 67.643 mil contos, respectivamente. Mas é em 1969 que este surto inflacionista atinge o seu máximo de há muitos anos para cá: os M.T.P. cresceram mais do dobro do P.I.B. (23.703 mil contos e 11.215 mil contos, respectivamente). Repare-se, porém, que o P.I.B. a preços correntes e de mercado, se

pode reflectir, de facto, o valor (preço) pelo qual o produto interno foi transaccionado por intermédio de uma determinada massa monetária, não pode reflectir, contudo, o crescimento real da produção no interior do país, pois tal P.I.B. está empolado pelos impostos indirectos e pela própria inflação. Assim, para melhor apreciar toda a extensão do surto inflacionista, convirá completar a comparação anterior com a comparação das taxas de crescimento anual da massa monetária e do P.I.B. ao custo dos factores e a preços constantes. O quadro junto é elucidativo:

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			Diferença das taxas médias de crescimento
Anos	Dos meios totais de pagamento	Do P.I.B. ao custo dos factores e a preços constantes	
1955 a 1961	7,0 %	5,1 %	1,9
1961 a 1968	12,8 %	6,0 %	6,8
1968 a 1969	18,6 %	5,2 %	13,4

A diferença destas taxas de crescimento da massa monetária e da produção mostram, pois, que nos 6 anos a teriores às guerras coloniais e ao surto de outros factores inflacionistas, a inflação em Portugal foi

muito moderada. Mas depois de 1961 e até 1968, a inflação aumentou notoriamente e acabou por atingir em 1969 uma amplitude nunca igualada desde o fim da segunda guerra mundial.

As classes trabalhadoras primeiras e principais vítimas da inflação

Como reflexo imediato deste surto inflacionista assiste-se em Portugal, desde 1961, a um sério aumento do custo de vida a que se agravou a partir de 1965 e atingiu o seu valor máximo em 1969.

Segundo os números oficiais, tanto em Lisboa como no Porto o índice de preços no consumidor subiu, em números arredondados, de 1955 a 1961 à taxa média anual de 2%; de 1961 a 1965 à taxa média de 3%; de 1965 a 1968 à taxa média de 6%; Em 1969 esta subida foi, em Lisboa, de 9% e no Porto de 10%; isto é, subiu em cada uma destas cidades a mais alta

taxa verificada depois da segunda guerra mundial.

Como é sabido, são as classes trabalhadoras as primeiras e principais vítimas deste constante e cada vez maior agravamento do custo de vida, pois os salários e ordenados só lentamente e à custa de muitas lutas e sacrifícios podem subir. As grandes lutas da classe operária nos últimos anos estão estreitamente ligadas a esta subida brutal do custo de vida, bem como ao papel do Partido Comunista e à crescente experiência de luta reivindicativa da classe operária portuguesa.

Fraco crescimento económico em 1969

De 1960 a 1968, de acordo com os Anuários Estatísticos até agora publicados, foram as seguintes as taxas anuais de crescimento do P.I.B. (ao custo dos factores e a preços constantes): 8,0% (1960); 6,4% (1961); 6,3% (1962); 6,7% (1963); 6,3% (1964); 7,0% (1965); 3,3% (1966); 6,8% (1967); 6,5% (1968). Em 1969, segundo o Relatório do

Banco Português do Atlântico de 1969, esta taxa foi de 5,2%. Sendo assim, terá que concluir-se que houve em 1969 uma baixa no crescimento económico relativamente a 1967 e 1968 e que o crescimento económico verificado em 1969 terá sido menor do que o verificado em qualquer ano da década de 60, com excepção do ano de recessão económica de 1966.

CONCENTRAÇÕES SUCESSIVAS

dos trabalhadores dos S.T.C.P.

AVANTE, COMO UM SÓ HOMEM, ATÉ À VITÓRIA!

Não vendo satisfeita a sua justa reivindicação de aumento de salário, os trabalhadores dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto recorreram a sucessivas concentrações de protesto em frente do edifício da Administração.

A primeira concentração, no dia 21 de Agosto, mobilizou cerca de 600 trabalhadores, numa bela demonstração de unidade combativa. Acorrendo ao apelo dos parasitas da Administração, as forças da PSP e da Pide-DGS investiram brutalmente contra os trabalhadores e fazem 4 prisões. Mas os valentes trabalhadores não se deixam intimidar e respondem com energia aos golpes policiais.

Insistindo na acção com a mesma firmeza e determinação, grupos de 50 a 80 trabalhadores fazem novas concentrações nesse mesmo dia. Uma manifestação de solidariedade para com os colegas presos é igualmente levada a cabo por um grupo de trabalhadores que se dirige à esquadra, conseguindo assim que aqueles fossem libertados pouco depois.

Duas novas concentrações sob a palavra de ordem de «aumento de salário» têm lugar nos dias seguintes, sendo também dispersas pelas forças repressivas.

Estas acções foram precedidas de um abaixo-assinado com cerca de 700 assinaturas reclamando aumento de salário, entregue cerca de um mês antes no Sindicato.

Depois de responderem com a violência à reivindicação dos trabalhadores, os exploradores da Administração recorreram a novas manobras intimidativas fazendo publicar na imprensa diária uma caluniosa «nota» que a direcção-lacada do Sindicato apoiou com um sabujo «esclarecimento». Com o espantinho da «subversão», procuram iludir as justas reivindica-

ções dos trabalhadores e os protestos da população do Porto que num abaixo-assinado com 2.930 assinaturas reclamam a abolição do aumento das tarifas.

Chamando «ilegais» às acções mais energicas dos trabalhadores e atirando contra eles as forças repressivas, é a própria Administração que demonstra que não há nem pode haver boas relações entre exploradores e explorados.

Por isso a justa luta dos trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto não pode parar. As mentiras e ameaças da Administração, os trabalhadores responderão: «Não pagaremos com a nossa miséria os resultados da má administração e das escandalosas negociações dos Administradores! E prosseguirão a luta até arancarem o aumento reclamado. Aos insultos da direcção do Sindicato, que recomendam calma aos trabalhadores face à avaliação e à violência policial, os trabalhadores responderão: «Até ao calma e paciência já tivemos nós! E organizando a sua acção para que sejam escoroados do Sindicato estes miseráveis lacados do patronato e do governo.

Adiante, sem desdém, para novas concentrações e outras acções mais vigorosas!

TRATADO SOVIÉTICO-GERMANO OCIDENTAL

(cont. da 6ª pág.)

citando os seus planos de desforra e de guerra. Escabeados pelo ex-nazi Kiesinger elas iniciam já a conspiração contra o tratado, no prosseguimento da conspiração contra a paz.

Mas o Tratado não pode ser visto apenas como o compromisso de um governo, ele reflecte a vontade da maioria do povo alemão e as hesitações das classes dominantes da Alemanha, ele signifi a realmente um recuo imposto ao imperialismo germânico, representa de facto uma derrota das correntes militaristas e reacionistas na Alemanha e das concepções belicistas noutros países.

O Tratado é, acima do tudo, um passo importante para a consolidação da paz na Europa, ele abre perspectivas novas à realização de uma Conferência entre os Estados europeus que estabeleça um sistema de segurança colectiva na Europa.

A internacionalização da luta pela segurança europeia e uma forma importante de consolidar os resultados alcançados com o Tratado soviético-germânico ocidental.

Uma situação perigosa

Vimos já que o ano de 1969 foi o de máxima inflação desde há muitos anos para cá e que foi também, exceptuando o ano de 1966, o de menor crescimento económico da década de 60. Ora, a conjugação destes dois fenómenos—agravamento da inflação e diminuição do crescimento económico—quando cada um deles atinge uma alta expressão, é geralmente considerado pelos economistas como uma situação particularmente perigosa para o prosseguimento do desenvolvimento económico.

Na verdade, em regime capitalista, se uma inflação (sempre prejudicial para a classe operária) quando moderada é benéfica para os capitalistas pelos lucros adicionais que lhes traz (resultado do agravamento da exploração da classe operária), já uma inflação galopante não pode dizer-se que o seja para, desorganização e incertezas que acarreta para toda a vida económica. Por esse lado, e ainda para deter as lutas da classe operária que recrudescem em períodos inflacionistas, cada situação de elevada inflação impõe aos governos capitalistas medidas para a deter. Sucede, porém, que as medidas anti-inflacionistas a que os governos capitalistas lançam mão (sobretudo a elevação da taxa de juro, como ainda há meses sucedeu entre nós) são quase sempre medidas que indirectamente provocam também a diminuição do ritmo de crescimento económico. Ora, se o ritmo de crescimento económico é já muito baixo, tais medidas são susceptíveis de provocar uma mais ou menos longa recessão estagnante da qual pouco pode ser mais difícil sair do que de

uma crise económica propriamente dita.

É aliás, sintomático que, embora se não preveja nenhuma crise económica geral para o futuro imediato, toda uma série de indústrias portuguesas (estejam, neste momento, em sérias dificuldades e apresentem uma perspectiva pouco animadora ou francamente desfavorável.

Sintomático é também que, de Janeiro a Maio do ano corrente tenham mostrado tendência para diminuir as cotações dos accções industriais que, segundo o Índice do Banco Borges & Irmão passaram de 143,4 (em 31-1-70) para 128,5 (em 29-5-70), isto é, diminuíram 10,4% em 4 meses.

Podemos, pois, concluir que a administração marcelista não só não conseguiu, até agora, alcançar os seus dois mais propagandeados objectivos económicos—deter a inflação e iniciar um verdadeiro arranque de desenvolvimento económico—como, ao contrário, o que se verificou em 1969 foi exactamente o oposto dos objectivos propalados. Ma s ainda: em 1969, em vez de, pelo menos, se criarem condições para o anunciado arranque, surgiram, pelo contrário, condições conjunturais que só poderão obstaculizar tal arranque.

De resto, seria ilusório esperar de qualquer governo fascista, de Salazar ou de Marcello, uma política económica capaz de determinar um verdadeiro arranque económico susceptível de nos aproximar dos países desenvolvidos da Europa. Esse arranque, no condicionamento histórico, económico e social português, só um governo verdadeiramente popular e



«Tirando as experiências e ensinamentos de 50 anos de actividade, encontrando na história do Partido motivos exaltantes de coragem e confiança, os comunistas têm os olhos voltados para o futuro: para a criação dum movimento revolucionário de massas, para a insurreição popular, para o derrubamento do fascismo, para a conquista da liberdade e, mais além, para o futuro Portugal socialista e comunista»
(Da Resolução do CC de 150 ant. do PCP)

Em Março de 1971, o Partido Comunista Português completa 50 anos de actividade dos quais 45 na mais severa clandestinidade. Nenhuma outra força política em Portugal pode apresentar um tal passado de luta. No presente, nenhuma outra se lhe pode comparar na influência de massas, na organização, na actividade clandestina, na dedicação dos militantes. Nenhuma outra também está tão certa do futuro. O PCP é «o mais velho» partido político português e é ao mesmo tempo «o mais jovem» pelos objectivos, pela sua vitalidade, pela sua energia revolucionária, pela certeza de que o futuro lhe pertence e até porque é na juventude que se recruta a grande maioria dos militantes.

O PCP não é apenas um partido da classe operária, mas o partido da classe operária portuguesa, a sua organização política independente e a sua vanguarda revolucionária, sempre à frente das suas lutas contra o capital, ligado estreitamente à classe, encarnando e traduzindo as suas aspirações e objectivos, encaminhando-a com a sua perspectiva revolucionária da classe: a libertação da exploração capitalista, a conquista do poder, a revolução socialista.

O PCP não é apenas uma força da Oposição antifascista. Mas a força determinante do movimento popular, a única que está em condições de promover a unidade dos democratas portugueses, das massas populares, de lhes conferir o espírito de organização e o impulso revolucionário que conduza ao derrubamento da ditadura fascista, à conquista da liberdade, à revolução democrática e nacional, parte constitutiva da luta pelo socialismo.

O desenvolvimento do P. verificou-se e verifica-se sob a repressão do inimigo de classe instalado no poder, que, utilizando todos os meios, desenvolve um esforço constante e laldado para aniquilar o Partido.

Só a justeza da sua causa e da sua orientação baseada no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário, só a sua estreita ligação com a classe operária e as massas trabalhadoras, só os seus

princípios e métodos de organização, só a devoção sem limites de milhares dos seus membros e da sua direcção, tornaram possível que o Partido, longe de ser aniquilado, se tornasse a maior realização até hoje da classe operária e dos trabalhadores portugueses e o principal elemento motor das forças democráticas e progressivas do nosso país.

Muitas vezes, ao longo de 50 anos, à acção dos fascistas juntam-se ataques e calúnias contra o Partido por parte de traidores, transfugas, aventureiros, toda a babagem das ondas alterosas do processo revolucionário. De quando em quando, ao longo de 50 anos, pequeno-burgueses enraivecidos voltaram as suas energias, não contra o capitalismo e o seu governo, mas contra o partido do proletariado, anunciando (quantas vezes) a formação de novos partidos e de novas estratégias e propondo-se «dirigir a revolução». Ninguém hoje se lembra deles. Passaram como «casos do dia». O Partido Comunista continuou, continua e é para a classe operária, para as massas trabalhadoras e para o movimento democrático, não apenas um Partido, mas «o Partido».

As comemorações dos 50 anos de actividade do PCP não têm um significado «passadista». A história do passado, o balanço de 50 anos de luta, não são apenas um motivo de orgulho para os comunistas e para todos aqueles que, sem serem membros do Partido, o apoiam e ajudam. São uma fonte rica de experiência e um poderoso estímulo para toda a actividade.

«Os comunistas (diz a resolução do CC de Maio de 1970) orgulhosos do Partido e da sua história, comemorarão o 50º aniversário da sua fundação, trabalhando tenazmente para o reforço do Partido e da unidade de pensamento e acção nas suas fileiras, para o seu desenvolvimento orgânico e a sua defesa, para o estreitamento da sua ligação com as massas, para o cumprimento das tarefas que se colocam na presente fase de luta».

E dentro deste espírito e desta ideia de responsabilidade que se comemorará o 50º aniversário do PCP.

ARMA DE DIVISAO

(cont. da 1ª pág.)
tinha a obter alguns sucessos com ela. Porém, aqueles que julgam conquistar a tolerância do regime para uma actuação política cobrindo-se com a bandeira do anticomunismo acabam sempre por ser reduzidos ao silêncio, quando não tombam no mais abjecto reacconarismo.
Intimidar, impedir a união dos democratas, dividir, justificar a

repressão e as violências, tais são os objectivos que M. Caetano e a sua PIDE-DGS procuram alcançar arvorando o espantallo do comunismo.
A unidade combativa das massas populares e das forças democráticas é a arma que a camarilha caetanista mais teme. Reforçá-la e alargá-la é, pois, um imperativo que se coloca a todos os sinceros combatentes antifascistas.

A desvalorização do escudo

HA RAZAO PARA ALARME!

Ontem desabelado da nota da Presidência do Conselho de 22-8-1970, onde nem sequer faltou o libelo de traição contra alguns, é, por si só, uma confissão de que a desvalorização do escudo estava em preparação. Com ela o governo pretendia, entre outros objectivos imediatos, vibrar um golpe profundo no já baixo nível de vida das massas trabalhadoras.

Os grandes capitalistas sem pátria, esses, estavam sem dúvida no segredo da manobra que se preparava e tratavam naturalmente de tomar as medidas apropriadas para embolsarem novos milhões à custa do agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras e da ruína das pequenas economias.

O segredo rompeu, porém, e foi o pânico não só entre os possuidores das pequenas e médias economias, mas também no próprio governo pelo velume que as coisas estavam a tomar, designadamente a fuga de novos milhões para o estrangeiro e a corrida aos bancos. Foi isto que forçou M. Caetano a vir com a nota oficiosa ameaçadora e a adiar para melhor altura a desvalorização do escudo, contra o que todos devem estar alertados.

A verdade, porém, é que já de há muito o escudo vem perdendo passo a passo o seu poder de compra, como cada um o pode constatar facilmente pelo aumento constante do custo de vida. Orápido desenvolvimento do processo inflacionista, que se observa de há anos a esta parte, igera na realidade uma contínua desadaptação entre os salários e os preços baixando consequentemente o poder de compra dos salários e provocando o aumento do custo de vida.

A LUTA NOS CAMPOS

No Alentejo, os trabalhadores exigem dos agrários salários mais altos.

Na tiragem da cortiça, foram alcançadas as seguintes jornas: Em Montemor-o-Novo: 90 e 100 escudos; Em Évora: 80, 85 e 90 escudos; em Alcácer do Sal: 80, 85, 90 e mesmo 100 escudos.

Nas ceifas, onde é grande a falta de mão de obra, os trabalhadores conseguiram: Em Montemor: 70, 80 e 90 escudos para os homens e metade para as mulheres; na região de Évora: 10\$00 à hora.

Nas debulhas (região de Montemor), a jorna regula entre 65 e 70 escudos.

A par destes salários, os trabalhadores impõem o respeito pelo horário das 8 horas de trabalho, importante conquista dos trabalhadores que deve continuar a ser por todos firmemente defendida.

Trabalhadores! Estamos na época das vindimas. Uni-vos e organizai-vos para a luta por jornas mais altas, por melhores condições de trabalho, contra a exploração!

Para lhe fazer frente os trabalhadores não têm outros meios que a organização e a luta constante, diária, por aumento de salários e outras reivindicações sociais, enquadrada sempre na perspectiva geral da luta do povo português pelo derrubamento do fascismo.

Não há confiança num tal regime e na política económica e financeira do governo de M. Caetano e há razão de sobejo para isso. Não se produz no país o pão necessário para alimentar o povo, os saldos negativos da balança comercial com o estrangeiro atingem somas astronómicas (nos últimos 3 anos 32 milhões e 472 mil contos), chega-se à situação de os meios de pagamento quase se nivelarem com o valor do produto interno bruto, o que comprova um grande desfazamento entre estes e a produção.

O dispêndio de muitos milhões de contos nos últimos 20 anos como consequência da participação de Portugal no agressivo Pacto do Atlântico e as crescentes despesas militares e segurança em especial com as guerras coloniais, que só nos últimos 3 anos atingiram a linda soma de 33 milhões e 505 mil contos, por um lado, e a submissão cada vez maior do País às grandes potências imperialistas por outro lado, põem em evidência a política antinacional sempre seguida pelo regime fascista.

Ante as organizações do Partido coloca-se a necessidade de desenvolver mais eficazmente a organização da classe operária e restantes trabalhadores, de fortalecer na luta a sua unidade e de intensificar, em união com tudo o que a nação tem de são e progressivo, os combates diários por objectivos concretos e imediatos necessários para criar o caudal revolucionário capaz de derrubar o regime fascista e instaurar a Democracia em Portugal.

Ainda as comemorações do centenário de Lênine

Além do já noticiado em números anteriores do «Avante!» sobre as comemorações do centenário de Lênine em Portugal, foram também dirigidas ao PCUS e ao povo soviético mensagens de saudação, subscritas por: «Os trabalhadores do Couço», «Os comunistas da região de Montemor-o-Novo e «Um grupo de antifascistas de Évora». Desta última, destacamos a seguinte passagem: «O povo alentejano conhece uma das palavras de ordem de Lênine: *A terra para quem a trabalha*. Essé é um dos objectivos pela qual os trabalhadores agrícolas alentejanos têm lutado e terão de lutar mais. A conquista das 8 horas de trabalho no campo em 1962 (apesar da forte resistência dos agrários e da acção repressiva da Pide e GNR) foi uma vitória inspirada nas ideias e ensinamentos do grande Lênine».



NA ACÇÃO DIARIA

(cont. da 1ª pág.)

portes diários, provocado pela destruição da ponte que ligava o Seixal ao Barreiro, 700 operários da *Siderurgia Nacional* residentes na região do Barreiro, Lavradio, Baixa da Banheira, etc., decidiram não ir ao trabalho, em sinal de protesto.

Durante 3 dias, os 3 turnos juntaram-se na estação do caminho de ferro do Barreiro onde permaneciam 8 horas, revezando-se.

Eis um exemplo de luta a seguir contra o aumento do custo dos transportes.

Em acção, contra todas as manobras patronais!

Na *SONADEL* (Alhandra), a maioria dos operários prossegue a greve às horas extraordinárias enquanto o patronato acena com promessas chorudas procurando prolongar a jornada de trabalho.

Na *MAGUE* (Alberca), sendo que prossegue a greve às horas extraordinárias, a gerência prometeu o pagamento destas a 50 e 100%, para 2 semanas após o recomeço dos serões. Depois de uma reunião com cerca de 100 operários, esta condição foi aceite, mas os operários mantêm-se dispostos a exigir a satisfação das suas reivindicações até à última parcela.

Na *Fábrica José Ribera*, da Senhora da Hora, as 120 operárias recorreram à «cera» e, em grupos de 8, apresentaram a sua reivindicação de aumento de salários em nome de todas. Conquistaram um aumento de 6\$00.

Os *descarregadores de peixe* da lota da Figueira da Foz fizeram greve 2 dias, conseguindo impedir que os armadores diminuíssem os seus já baixos salários de 40\$00 diários.

Na *MEVIL* (B. Ribatejo), os operários alcançaram pela luta a satisfação da seguinte reivindicação: pagamento a 100% das horas extraordinárias feitas depois das 20 horas e nos dias de descanso; impõem a readmissão de 2 operários despedidos e conseguem ainda: aumentos gerais de 5 a 10\$00 para os aprendizes e um prémio de assiduidade de 1% para quem trabalhar a semana inteira.

Na *GENERAL INSTRUMENTOS LUSITÂNIA* (Arruda) a maioria dos operários recusaram-se a fazer horas extraordinárias nos dias 12 e 13 de Agosto.

Na *Previdente* (B. Ribatejo), apesar das intimidações, os operários recusam-se a fazer turnos da meia noite às 8 da manhã.

Na *FÁBRICA NACIONAL DE SABÕES* (Lisboa), mais de 100 operários fazem uma concentração na gerência por reclamar aumento.

Na *TUDOR* (B. Ribatejo), comissões de todas as secções dirigem-se no mesmo dia à gerência desencadeando um movimento geral por aumento de salário.

Acções prontas e solidárias contra os despedimentos

Em resultado da sua acção, e da solidariedade activa dos seus camaradas, os 120 vidreiros despedidos em fins de Março da *Guilherme Roldão*, na Marinha Grande, foram finalmente admitidos em várias empresas, com as categorias, salários e demais regalias anteriores.

Eis um exemplo de solidarieda-

de que deve ser seguido pelos trabalhadores noutras empresas, como na *CUP*, onde os capitalistas atiram para o desemprego levadas de trabalhadores depois de lhes terem tirado a pele e sugado o sangue.

Não aos «prémios»! Sim aos aumentos!

Em muitas empresas, o patronato tenta iludir a justa reivindicação de aumento de salário acenando com «prémios».

Na *CIV* (grupo vidreiro formada pela *Crisal*, da M. Grande e *Alcobaça*, *Guilherme e Evima*, da M. Grande), os tubarões do vidro afirmam com o maior descaio que estão dispostos a gastar mil contos só em «prémios». E já esfregam as mãos de contentes esperando embolçar muitos milhares de contos à custa dos baixos salários dos trabalhadores. Mas aqui, como na *SONAFI* (Porto), onde este sistema de exploração é acompanhado de castigos e outras medidas arbitrárias, na *UTIC* e noutras empresas, os operários devem dar rapidamente aos exploradores a réplica que se impõe. A acção desencadeada por um grupo de vidreiros no Sindicato terá de ser acompanhada, nas empresas, por outras formas de acção, sob a palavra de ordem: «Não aos prémios! Sim aos aumentos!»

Com firmeza e unidade podem frutificar todas as lutas

Os trabalhadores da *LISNAVE* alcançaram no passado mês de Maio um aumento geral de salário média vai além de 20\$00 diários. Este aumento não é um resultado da «boa vontade» dos tubarões Melos, mas da greve de 2 dias a que haviam recorrido 6 meses atrás os valentes 5.000 operários da *Lisnave*.

Este exemplo mostra que os resultados dum luta nem sempre se esgotam no decorrer da sua fase mais aberta. Por isso, os sucessos parciais e os próprios reveses, no imediato, em vez de retrair a acção dos trabalhadores, devem animá-la. Firmes e unidos, à volta das reivindicações que ficaram por atender, os trabalhadores poderão fazer frutificar todas as lutas!

Vigilantes e audazes, contra as intervenções policiais!

Com a *GNR* rondando e intimidando à porta das fábricas, os valentes operários da *MAGUE* e da *MEVIL* prosseguiram com firmeza a sua luta.

Em luta pela semana de 44 horas, centenas de caixeiros concentrados diante de 2 estabelecimentos no centro de Lisboa, enfrentam as investidas policiais e gritam a sua reivindicação.

Porém, por falta de vigilância contra a actuação odiosa da *Pide-DGS*, ao serviço do grande patronato, foi impedida a realização dum amplo encontro de trabalhadores em *Vieira de Leiria*. Tal deficiência de organização deve merecer a máxima atenção para ser corrigida. Há que evitar que as iniciativas dos trabalhadores cheguem com antecedência ao conhecimento da polícia! Há que organizar a resistência dos trabalhadores contra as intervenções das forças repressivas!

NOS SINDICATOS NACIONAIS

Coordenar a luta por reivindicações comuns! ENFRENTAR AS MANOBRAS DO GOVERNO E DO PATRONATO

Apesar de que o governo está interessado em «sindicatos fortes e activos», M. Caetano quer naturalmente dizer que os quer mantidos sob o estreito controlo governamental e dirigidos por direcções vendidas ao patronato e ao governo.

É com este objectivo que o governo orienta, protege e apoia as manobras dos delegados do I.N.T. e do patronato procurando impedir que sejam colocadas direcções honestas nos Sindicatos, como aconteceu recentemente no Sindicato dos Têxteis do distrito do Porto. Pelo mesmo motivo, o ministro das Corporações não responde ao pedido de audiência que há já muitos meses lhe foi pedida pela direcção do Sindicato dos vidreiros da Marinha Grande, SOB A PRESSÃO DA COMISSÃO DA CLASSE: o delegado do I.N.T. de Leiria procura intimidar a Comissão classificando de «demasiado violenta» a exposição apresentada; o secretário do mesmo Ministério, numa entrevista com a direcção do Sindicato dos Caixeiros do distrito de Lisboa acusa-a de estar a conduzir uma «acção subversiva» por apoiar com firmeza a reivindicação da semana de 44 horas, e ameaça com a regressão dizendo que a conduza a direcção já não era da alçada do Ministério das Corporações, mas sim da *Pide-DGS*. Ameaça semelhante foi feita aos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa ao afirmarem, reivindicando a libertação dos trabalhadores da Carris presos pouco antes, que compete à direcção do Sindicato defender os interesses da classe uma vez que o Ministério das Corporações defende os interesses do patronato.

A par de toda esta acção intimidatória, o governo lança água benta sobre roubos e toda a casta de vigarices cometidas por Comissões Administrativas e direcções locais. O ex-presidente da C.A. do Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica, ao ser julgado pelo desfalque de 100 contos que cometeu, tem legiões de bufos como testemunhas de defesa. No Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, onde foram desmascaradas pelos trabalhadores as falcatruas das direcções anteriores, um

inspector do Ministério das Corporações afirma que as contas estão em ordem e limita-se a chamar «pequenas coisas sem importância» a verdadeiros roubos de centenas de contos. O relato do inquérito sobre o desfalque de 500 contos da S.A. do Sindicato dos Têxteis do Porto, apesar de concluído, continua sem ser dado a conhecer aos trabalhadores.

Continuando a acorrer em massa aos Sindicatos para exigir a satisfação das suas reivindicações imediatas e a rápida revisão dos Contratos Colectivos de Trabalho, os trabalhadores continuarão a acção demagógica e intimidatória do governo. No Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa reúnem-se cerca de 100 operários da *Carris* para decidir sobre a acção a desenvolver pela libertação dos seus camaradas presos. Graças a acção dos trabalhadores e ao apoio dado às iniciativas da direcção o trabalho dos presos reunidos em Assembleia, foram rapidamente libertados sob fiança, 1.000 caixeiros de Lisboa debatem o problema das 44 horas semanais. Em torno desta reivindicação são tomadas importantes iniciativas, como o abaixo-assinado que recolheu 5.000 assinaturas de caixeiros com o apoio de 1.000 assinaturas de comerciantes.

Esta reivindicação, tal como o fim das horas extraordinárias como sistema, a luta contra os despedimentos e por uma previdência digna desse nome, entre outras, interessam os mais largos sectores profissionais e abrem largas perspectivas de acção comum ao nível regional e nacional. Exemplos a seguir são as reuniões e outras acções dos metalúrgicos, dos bancários, dos caixeiros, dos profissionais de artes gráficas, dos profissionais de cinema e outros, que estudam ao nível de várias regiões os seus problemas de classe.

Insistindo na acção pela eleição de direcções honestas, pela criação de Comissões sindicais em todas as empresas, TODAS ESTREITAMENTE LIGADAS E APOIADAS PELAS MASSAS, NA LIGAÇÃO DAS ACÇÕES TRABALVADAS NA EMPRESA E NO SINDICATO, os trabalhadores poderão dar crescente dinamismo à luta nos Sindicatos.

CONTRA A ILUSÓRIA «PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS»!

«A chamada «participação» dos operários no capital e nos lucros de grandes empresas, que se apresenta como uma indicação da possibilidade da «harmonia das classes» e como um aspecto do «capitalismo popular», é uma mistificação pela qual os monopólios procuram refrear a luta reivindicativa da classe operária e aumentar a inelastidade do trabalho, criando

a ilusão de que «o operário trabalha para si».

Estas palavras do Programa do nosso Partido não podem ser esquecidas, particularmente num momento em que, em algumas empresas os trabalhadores reclamam a «participação nos lucros» ao patronato. Tal reivindicação nada tem a ver com os interesses da classe operária. A «participação nos lucros» não é mais do que uma nova forma de exploração capitalista. Os interesses imediatos da classe operária e dos trabalhadores em geral são a conquista de salários mais altos de melhores condições de trabalho e de outras reivindicações sociais.

Só o socialismo permite a justa repartição entre os trabalhadores dos resultados do seu trabalho, sob a forma de salários e de crescentes benefícios sociais. Só em sistema socialista, mediante a gestão e o controlo das empresas pelos trabalhadores, estes sabem que trabalham para si.

É nesta perspectiva que o Partido Comunista Português orienta a acção da classe operária e das massas trabalhadoras no nosso País.

TRABALHADORES!

Sem perda de um momento, reforçai a vossa organização e unidade! Só com estas armas poderéis responder com possibilidade de sucesso às investidas do grande patronato, do seu governo e da sua polícia.

Avante, pois, na organização de comissões e reuniões, quer ao nível de cada empresa, de empresas do mesmo ramo ou da mesma região. Para fazer convergir numa só torrente as acções reivindicativas pela satisfação das vossas reivindicações imediatas, contra todas as formas de exploração, contra as represálias do patronato, contra todos os métodos de repressão policial fascista!

AMNISTIA!

O Tratado Soviético-Germânico ocidental A LUTA PELO SOCIALISMO E A LUTA PELO PAZ INDISSOLÚVELMENTE LIGADAS

O Tratado firmado em Moscovo pela União Soviética e a República Federal Alemã, em 12 de Agosto último, reflecte a evolução da correlação de forças no mundo actual — o crescimento do poder e a consolidação das posições do socialismo, o enfraquecimento e o recuo do imperialismo.

Esta evolução nem sempre aparece clara: o imperialismo regateia cada palmo que é forçado a ceder, nega-se a reconhecer as derrotas, tenta passar à ofensiva, arquitecta e põe em prática planos de reconquista. Na aparência, dir-se-ia, por vezes, que é o imperialismo que detem a iniciativa.

Desta aparência se alimentam os oportunistas de direita e de «esquerda», os desesperados, os cretinos pretensamente marxistas, é na base dela que elaboram as suas teorias revisionistas, aventuristas, anarquistas.

Mas o processo histórico opera independentemente das opiniões daqueles que não são capazes de compreendê-lo. Os acontecimentos comprovam a cada passo a verdade profunda que foi posta em destaque pelos Partidos Comunistas e Operários reunidos em Moscovo, em Junho de 1969: «O que determina a orientação geral da evolução da Humanidade é o sistema socialista mundial, é a classe operária internacional, são todas as forças revolucionárias.»

O Tratado germano-soviético é um destes acontecimentos.

Apoiado pelas principais potências imperialistas, e pelo seu instrumento de agressão a NATO, o imperialismo alemão negou-se sempre a reconhecer a situação nova criada na Europa pela derrota do nazifascismo na segunda guerra mundial. Contestou as fronteiras, particularmente as fronteiras orientais e acimadas da linha Oder-Neisse; reivindicou as fronteiras do império de Hitler; preconizou o uso da força para atingir este objectivo; desenvolveu entre o povo alemão uma propaganda histórica de desforra; conspirou contra os países socialistas, muito especialmente contra a República Democrática Alemã, recorreu a todos os meios para impedir que ela se afirmasse como Estado soberano e independente, proclamou descaradamente o propósito de anexá-la.

Protelando a assinatura de um tratado de paz com a Alemanha derrotada, as potências imperialistas, com os Estados Unidos à cabeça, visaram manter uma situação instável na Europa que estimulasse o renascimento do militarismo e do revanchismo alemães; armando maciçamente o novo exército alemão prepararam a guarda avançada da agressão do imperialismo à União Soviética e demais países socialistas.

É necessário ter em conta estes aspectos para se poder avaliar a extensão do recuo das posições alemãs traídas no reconhecimento da inviolabilidade das fronteiras actualmente existentes na Europa, incluindo a linha Oder-Neisse, na renúncia ao uso da força e a pretensões territoriais, no reconhecimento da República Democrática Alemã.

As esperanças de desforra alimentadas pelo imperialismo alemão foram empalidecendo à medida que se foi fortalecendo o poderio económico e militar da União Soviética e dos outros países socialistas, à medida que se foi operando o «milagre económico» na Alemanha de Leste que colocou a RDA entre as dez principais potências industriais do mundo e no primeiro lugar mundial como ex-

portador de máquinas e ferramentas, à medida que se foi ampliando o movimento democrático e progressista na Alemanha Ocidental, à medida que se foi desenvolvendo o movimento revolucionário no mundo.

Os Países Socialistas e os Partidos Comunistas, particularmente os europeus, ao mesmo tempo que promoveram o sistemático desmascaramento dos planos agressivos do imperialismo alemão, desenvolveram uma acção persistente e paciente a favor da paz na Europa de acordo com os princípios da coexistência pacífica. Deste labor são exemplos: as repetidas propostas para a realização do tratado de paz com a Alemanha, a proposta de uma zona desatomizada na Europa, a proposta de um sistema de segurança colectiva entre os Estados europeus, as propostas e apelos da Conferência de Karloly Vary dos Partidos Comunistas da Europa. O Tratado é fruto destes esforços, que mostram como a causa do socialismo e a causa da paz estão indissolúvelmente ligadas.

O acordo de Moscovo não sotornou, evidentemente, as forças do militarismo e de revanchismo alemães, com fortes apoios na Alemanha e a complicitade da reacção mundial, incluindo os fascistas portugueses, que ainda há um ano pela boca de M. Caetano apoiaram publicamente a política revanchista e antisoviética do governo de Kiessinger.

Estas forças não abandonarão facilmente a sua posição. (cont. na 3ª pág.)

AINDA A CONFERENCIA DE ROMA

Como o «Avante» já referiu, a conferência de solidariedade aos povos das colónias portuguesas realizada em Roma em fins de Junho marcou um importante passo para o reforço do apoio da opinião pública europeia à luta contra o colonialismo português. A participação de representantes de 177 organizações de 64 países e de organizações internacionais como a ONU e a organização da Unidade Africana, a condenação da política colonialista do governo de M. Caetano e da guerra colonial, não apenas por comunistas, como por socialistas, católicos e democratas de muitas tendências, representa um êxito real para o movimento nacional libertador. É certo que a ajuda fundamental e decisiva que este recebe é dos países socialistas (em primeiro lugar, da União Soviética) dos estados africanos progressistas e (é igualmente justo sublinhá-lo) daqueles que em Portugal se opõem ao colonialismo. Tem porém a maior importância o alargamento dos apoios políticos; nos países europeus, que, além do mais contribuem para o isolamento internacional do fascismo português e criam dificuldades aos governos da Europa capitalista (designadamente da França, RFA, Itália e Inglaterra) de ajudarem mais directamente o colonialismo português.

Na sequência da Conferência, a reunião dada pelo Papa a Agostinho Neto, Amílcar Cabral, e Marcelino dos Santos, tem um particular significado e constitui um rude golpe político para o governo de M. Caetano e um forte incentivo à posição anticolonialista dos católicos portugueses e de uma maneira geral dos católicos de todos os países.

A Conferência foi um êxito para os povos das colónias portuguesas e para os partidos revolucionários que dirigem a sua luta de libertação (PAIGC, MPLA, PRELIMO). É esse êxito que cumpre salientar e valorizar, trabalhando para que sejam ti-

radados, na acção, os resultados da iniciativa.

Penas é que na organização da Conferência tenham pesado considerações da política interna italiana. Se consideramos positivo que, na solidariedade aos povos das colónias portuguesas, se tenham unido comunistas, socialistas do PSIUP e do PSI, católicos de esquerda da Democracia-Cristã, sindicatos, personalidades italianas independentes, consideramos lamentável que os arranjos unitários entre essas forças tenham pesado nos termos em que foi considerada a participação portuguesa na Conferência. Nos trabalhos preparatórios, os organizadores fizeram o possível para afastar a representação do PCP, único que tem em Portugal uma indefectível posição e um largo balanço de actividade anticolonialista, sob a protecção e pressão dos socialistas italianos, deram entrada aos neocolonialistas da Acção Socialista Portuguesa e exigiram que os delegados portugueses, para falarem na sessão plenária, fizessem uma intervenção única e comum, — como se fossem consiliáveis as posições do PCP e de outros sectores anti-colonialistas que lutam pelo reconhecimento efectivo do direito à completa e imediata independência dos povos coloniais, com a dos aspistas que são «contra o abandono» das posições do colonialismo português em África...

Esse jogo foi no fundamental anulado pela firme posição dos anticolonialistas portugueses, que não subordinaram nem sacrificaram as suas posições políticas fundamentais aos arranjos da política de alianças internas na Itália. Na sessão plenária, o representante português falou em nome do PCP, da FPLN e de outros sectores anticolonialistas, que, tal como os católicos progressistas, se fizeram ouvir também nas comissões. A ASP neocolonialista, que, com a protecção dos organizadores, pretendia sabotar a voz solidária e independente dos anticolonialistas portugueses, eclipsou-se. Infelizmente, mesmo no noticiário da Conferência, o mesmo tipo de considerações continuou a pesar. O órgão do PC Italiano «Unità», referindo a participação portuguesa, põe à cabeça... «Partido Socialista» (sic)!!! E na revista «Rinascita», o camarada Romano Ledda, fazendo o balanço da Conferência e citando a presença de representantes de numerosos países, não cita a presença de representantes portugueses...

É muito importante o esclarecimento na Europa da política colonialista do governo de M. Caetano e da luta dos povos das colónias portuguesas. São valiosas as declarações de apoio que fazem oradores nos países de democracia burguesa. Mas esquecer e pagar a luta difícil dos comunistas e outros democratas portugueses, e valorizar a posição dos portugueses contra o colonialismo e a sua solidariedade activa e constante para com os povos das colónias portuguesas e valorizar a posição dos neocolonialistas, não parece a melhor marca de isenção, objectividade e internacionalismo.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Estes reparos, impõem-se para clarificar posições e linhas de acção. O fundamental é porém o êxito da Conferência e que ela seja de facto um incentivo ao desenvolvimento do movimento de solidariedade dos povos europeus para com a justa luta dos povos das colónias portuguesas pela sua libertação nacional.

Na Checoslováquia o Socialismo consolida-se

Todos os meios de propaganda fascista fizeram coro nas últimas semanas contra a Checoslováquia socialista quando dos graves acontecimentos que ali tiveram lugar nos anos de 1967-1968. Falaram mesmo com o ar mais sério do atraso económico e cultural a que o socialismo teria conduzido a Checoslováquia, dando a entender que a posição de Portugal era de longe melhor. A democracia burguesa, essa sim, tinha elevado a Checoslováquia aos cumes do progresso. Mas, com o malfadado comunismo, tudo teria retrocedido.

Vejamus a realidade. Em 1937, a produção industrial da Checoslováquia ultrapassava a dos EUA em 36%, o nível de 1913 e em 67% o nível de 1919, ano da fundação da república burguesa. Em 1948, apenas 3 anos após a guerra, o nível de 1937 era superado. Nos 20 anos de construção socialista, isto é, em 1968, a produção industrial sextuplicou. Durante anos da democracia burguesa o incremento médio anual não chegava aos 3%, enquanto que nos anos da construção do socialismo foi superior a 9%. Os anos de desenvolvimento capitalista da Checoslováquia foram anos de desemprego que, em 1937, atingiu 400 mil trabalhadores. Na Checoslováquia socialista o desemprego desapareceu há muito. O número de estudantes dos centros de ensino superior não variou nos anos da república burguesa, enquanto que nos anos do poder popular quase quintuplicou.

A produção de energia eléctrica no período anterior à guerra era de 4 bilhões e 100 milhões de kw/hora, enquanto que, em 1968, a tinha os 41 bilhões; de aço 2.300.000 e 10.000.000 toneladas respectivamente de cimento 1.300.000 e 6.300.000 toneladas respectivamente. Em 1950, a Checoslováquia, produziu 45 milhões de toneladas de carne e em 1968, produziu 100 milhões e 400 mil toneladas.

As conquistas do socialismo na Checoslováquia foram notórias em período nos anos de 1967-1968 com a degradação política que ali se processou. A ajuda fraternal dos 5 países socialistas ao povo checo, consubstanciada com a intervenção de 20 de Agosto de 1968, salvou essas conquistas históricas e abriu um golpe nos

planos imperialistas e contrarrevolucionários que visavam separar a Checoslováquia da comunidade socialista.

Roma, então aberta e decididamente com o oportunismo de direita que se infiltrara nas suas fileiras, o Partido Comunista da Checoslováquia criou as condições indispensáveis para vencer as grandes dificuldades que tinha pela frente, a luta no que respeita à consolidação política, com o ao desenvolvimento económico.

Desenvolvendo nestes dois últimos anos uma intensa actividade política e ideológica, de paciente esclarecimento e consciencialização através dum esforço enorme de mobilização das forças mais sãs da sociedade socialista e das massas trabalhadoras, o Partido Comunista da Checoslováquia conseguiu vencer o clima nas organizações sociais, consolidar as funções do Estado socialista em todos os seus escalões como organismos do poder da classe operária e do povo trabalhador — factor de enorme importância para novos avanços na construção do socialismo.

Também resultados positivos foram alcançados na economia. Foi afastado o perigo dum evolução inflacionista, quase estabilizado o mercado, restabelecida a confiança na moeda e o prestígio da planificação da economia nacional.

Apesar de várias condições desfavoráveis, desde Janeiro a Junho do ano corrente a produção industrial aumentou 8,1%, em relação ao mesmo período do ano passado. O aumento da produtividade do trabalho aumentou acima do plano previsto, 6,7%, contra 2,2% do ano passado. Os aumentos dos salários foram superiores aos planificados.

São estes resultados que explicam o tom desiludido com este ano a propaganda imperialista e anticomunista, incluindo a portuguesa, pegando na questão checa.

É com satisfação que saudamos os passos positivos dados nestes dois anos pela classe operária e o povo checo sob a direcção do seu Partido Comunista, desejando-lhes novos sucessos na consolidação do socialismo e novos avanços para o comunismo.